

Dossiê pela preservação

Tarciano Ricarto
Da equipe do **Correio**

Os olhos do Comitê do Patrimônio Mundial — subordinado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) — continuam voltados para Brasília. O comitê, que se reúne anualmente para discutir o estado de preservação dos bens considerados Patrimônio Mundial, decidiu fazer nova recomendação ao governo brasileiro: o país tem até o dia 1º de fevereiro de 2003 para enviar um dossiê à sede da Unesco, em Paris, detalhando o que fez para preservar Brasília a partir das sugestões do comitê, feitas durante reunião do órgão em dezembro do ano passado, na Finlândia (*leia quadro*).

A determinação da Unesco é o desdobramento de um episódio que se arrasta há quase dois anos. Em 2000, o comitê, que também é responsável por acrescentar novos bens à lista do Patrimônio Mundial, deu o

primeiro puxão de orelhas no governo brasileiro ao anunciar a visita de uma missão da Unesco a Brasília e ao pedir um levantamento completo das condições de sua preservação. Esse anúncio também foi feito durante reunião do comitê, que naquele ano aconteceu na Austrália.

O levantamento das agressões ao plano urbanístico de Brasília foi concluído em abril de 2001. Sua preparação ficou a cargo da Subsecretaria de Urbanismo e Preservação do Governo do Distrito Federal e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sete meses depois, cumprindo a promessa de enviar uma missão a Brasília, a Unesco mandou dois especialistas estrangeiros — o historiador Herman Hooff e o arquiteto Alfredo Conti — para inspecionar a cidade e sugerir ações preventivas.

Foi justamente o parecer desses especialistas que chegou às mãos dos membros do Comitê do Patrimônio Mundial, em dezembro passado, e motivou a nova determinação da Unesco de pedir

IPHAN DEFINE METAS

■ *Criar uma Unidade de Fiscalização de bens integrantes do conjunto urbanístico de Brasília.*

■ *Criar o entorno de proteção do conjunto tombado da cidade.*

■ *Elaborar um Plano de Preservação para Brasília.*

■ *Implementar um projeto de Educação Patrimonial.*

um documento sobre as ações do governo brasileiro para preservar Brasília. O Iphan, responsável pela fiscalização da área tombada, recebeu oficialmente o pedido na segunda semana de janeiro.

O Iphan tentou se antecipar ao pedido do comitê e formulou, ainda no final do ano passado, uma série de metas para 2002. São iniciativas consideradas simples e de custo relativamente baixo. A previsão de gastos não ultra-

■ *Treinar agentes externos voltados à preservação.*

■ *Tombar individualmente os palácios de Brasília, como o da Alvorada e do Planalto.*

■ *Promover eventos sobre Patrimônio Cultural.*

■ *Firmar parceria com o Ministério Público Federal e do DF.*

passa R\$ 350 mil. “É um valor pequeno, se considerarmos os resultados que poderemos atingir”, analisa a arquiteta Fátima Cisneiros, da Gerência Regional de Brasília, ligada ao Departamento de Proteção do Iphan.

CINTURÃO DE TERRAS

Um dos projetos do órgão para 2002 é criar o chamado entorno da área tombada — um cinturão de terras que

dividiria o que está dentro e fora do polígono considerado Patrimônio Mundial. A delimitação dessa área foi uma das recomendações feitas pelos especialistas que estiveram em Brasília no ano passado.

A discussão sobre a importância de determinar a região do entorno começou com o anúncio de que a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) planejava construir em uma área de 76 hectares, nas proximidades do Parque do Guará, prédios de até 27 andares e 85 metros de altura. Especialistas acreditam que edifícios tão altos às margens da área tombada vão modificar a paisagem de Brasília, onde os prédios residenciais não ultrapassam o sexto pavimento.

O assunto também será tratado durante a elaboração do Plano Diretor da Área Tombada, prevista para esse ano. O plano é o instrumento legal que regula onde e de que forma a cidade deve crescer. “A criação desse entorno será objeto de estudo. Precisamos avaliar se existe ou

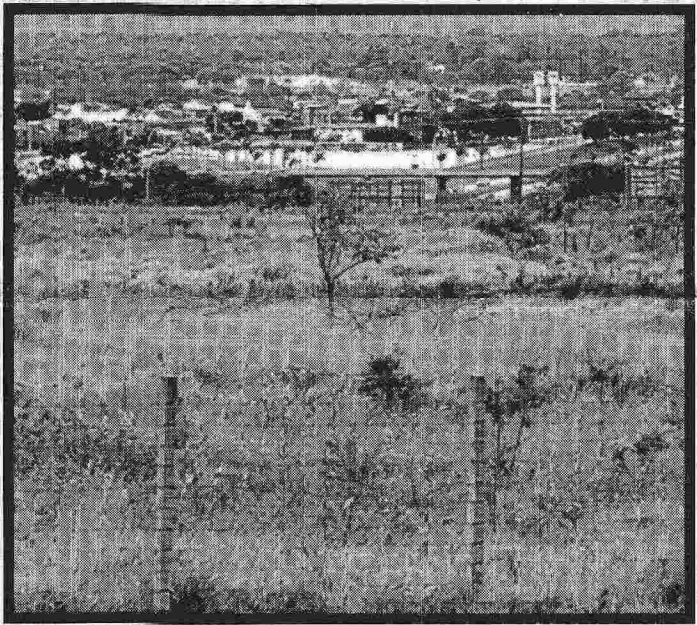
não necessidade de definir essa área”, pondera Eliana Klarmann, subsecretária de Urbanismo e Preservação.

Mas o Iphan quer se antecipar ao Plano Diretor e formular um Plano de Preservação para Brasília. “Seria um documento com diretrizes para auxiliar na elaboração do Plano Diretor e garantir a proteção da área tombada”, explica Fátima Cisneiros. Além disso, o órgão também planeja preparar um livro didático sobre preservação para ser distribuído nas escolas públicas.

O que deverá consumir mais esforços do Iphan durante o ano de 2002 é a proposta de intensificar os trabalhos de fiscalização do patrimônio de Brasília. Cerca de 35% da previsão orçamentária da Gerência Executiva de Brasília para este ano será destinado à criação e manutenção de uma unidade de fiscalização. “Essa unidade dará mais agilidade e eficácia à tarefa de coibir a descaracterização do projeto da cidade”, prevê Fátima Cisneiros.

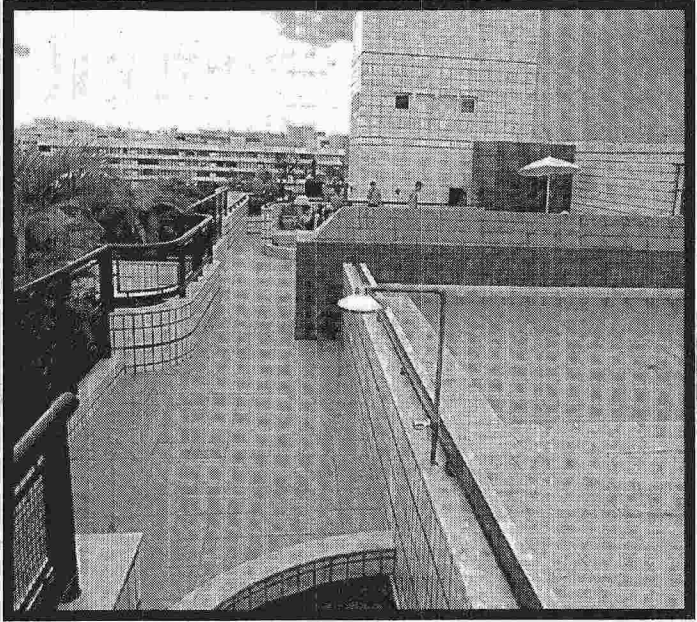
RECOMENDAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

Carlos Vieira



■ *Evitar ou regular a construção de novos edifícios nos espaços livres ao redor do Plano Piloto — a exemplo do projeto da Terracap, que prevê a construção de prédios de até 27 andares próximo ao Parque do Guará.*

Adauto Cruz 29.12.99

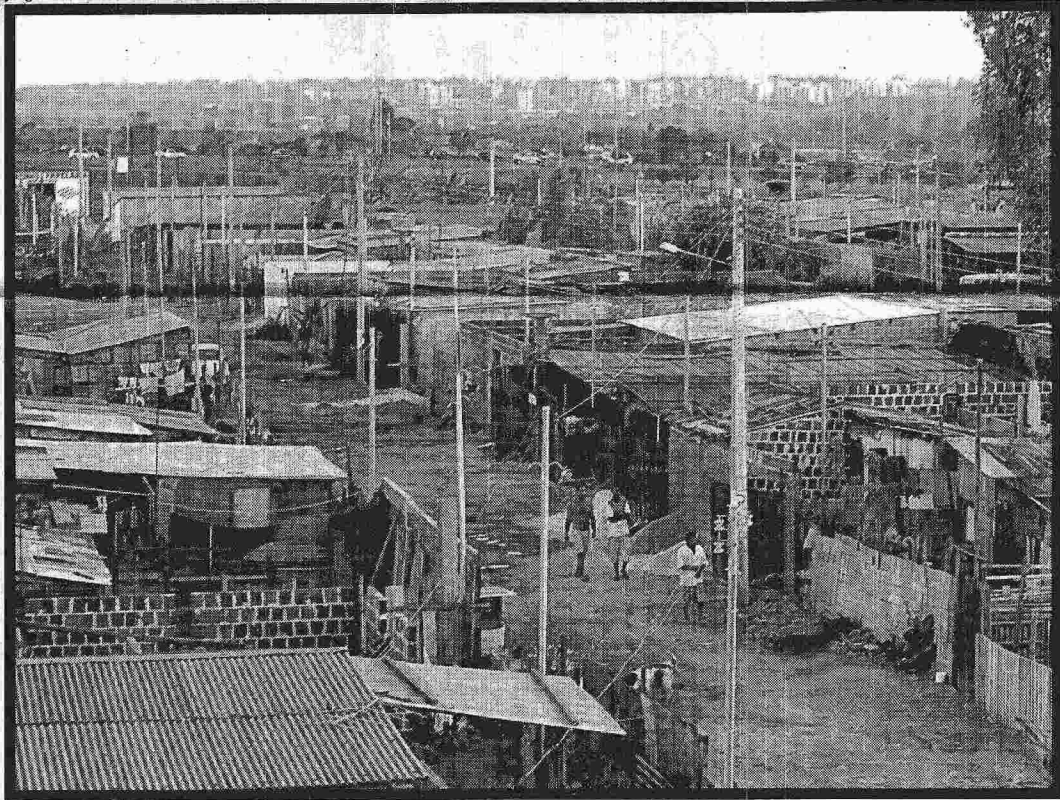


■ *Manter a altura dos andares na construção de novos edifícios residenciais nas superquadras vazias ou inacabadas. Evitar as coberturas no sétimo pavimento.*

■ *Definir e implementar medidas de proteção das porções de paisagem natural — o cerrado — que permanecem incluídas no aspecto bucólico dentro da área protegida.*

■ *Evitar a instalação de estruturas informais nos espaços verdes livres do Eixo Monumental e em outros espaços significativos da cidade.*

Jorge Cardoso 28.7.00



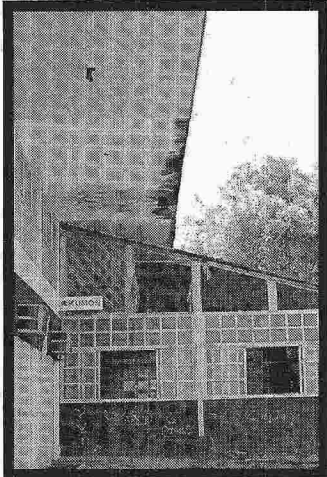
■ *Estudar cuidadosamente a criação de novos adensamentos urbanos, com o objetivo de evitar perturbações nos valores funcionais, espaciais, paisagísticos e estéticos do Plano Piloto — como a invasão da Estrutural, que teve sua regularização aprovada pela Câmara Legislativa.*

■ *Estudar a possibilidade de melhorar o sistema de transporte público, para diminuir o acesso de veículos nas áreas governamentais e centrais da cidade.*

■ *Evitar a construção de novas edificações dentro do Parque da Cidade, como as baias instaladas para abrigar os cavalos da Polícia Montada.*

■ *Definir e implementar uma zona tampão contornando a área protegida.*

Zuleika de Souza 26.12.00



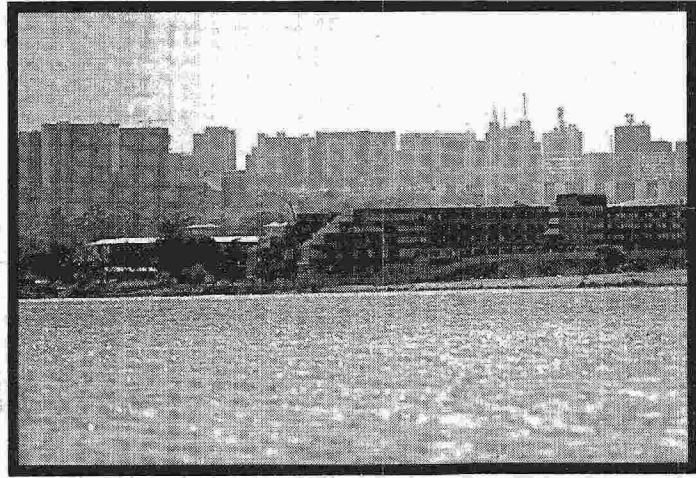
■ *Definir de maneira clara os usos nas zonas de comércio local entre as superquadras, para evitar maiores alterações no caráter originalmente proposto para esses setores. Proibir a invasão de áreas verdes.*

Jorge Cardoso 28.7.99



■ *Evitar a ampliação da Vila Planalto, por ter perdido muito de sua autenticidade e ter se transformado numa cidade dentro da área protegida.*

Carlos Vieira 12.4.01



■ *Definir e implementar condições e restrições para novas construções à beira do lago. Conjuntos residenciais permanentes deverão ser banidos. Nenhuma exceção deve ser permitida nesse aspecto.*

Crescimento traz riscos

O anúncio da visita de inspeção da Unesco a Brasília criou a expectativa de que a cidade, elevada a Patrimônio Mundial em 1987, fosse incluída na lista de risco da organização. Atualmente, 30 bens espalhados por 24 países do mundo estão nessa lista. São patrimônios que foram agredidos ao longo do tempo, perdendo algumas de suas características originais.

A lista de risco pode indicar a perda futura do título de patrimônio se nada for feito para reverter as agressões ao tombamento. Mas, por enquanto, Brasília está livre de ingressar nessa lista. O historiador Herman Hooff e o arquiteto Alfredo Conti concluíram, após visita em novembro passado, que Brasília ainda mantém as conceitos originais que justificam sua permanência entre os bens considerados Patrimônio Mundial.

A notícia trouxe alívio aos órgãos responsáveis pelo patrimônio. Mas um alerta ainda foi mantido pelos técnicos da Unesco: embora o conjunto da obra se mantenha quase inalterado, algumas intervenções pontuais podem, no futuro, comprometer os valores da cidade. Um dos pontos que ganharam destaque no relatório dos especialistas foi o crescimento demográfico ao redor de Brasília.

CONSTRUÇÕES

No documento apresentado ao Comitê do Patrimônio Mundial, em dezembro passado, os especialistas recomendaram ao governo do Distrito Federal o estudo criterioso antes da criação de novos adensamentos urbanos, sob o risco de comprometer as características do Plano Piloto de Brasília. Também alertaram para a construção de prédios nos espaços vazios ao redor da área tombada, fazendo alusão direta ao projeto da Terracap de erguer edifícios de até 27 andares próximo ao Parque do Guará.

A conclusão dos dois especialistas da Unesco é um passeio pelas várias irregularidades denunciadas durante anos pelos defensores do patrimônio. Entre os problemas destacados estão as invasões de áreas públicas pelos comércios locais das superquadras, a construção do sétimo pavimento nos prédios residenciais e as edificações nas margens do lago Paranoá.

A partir de agora, Iphan, GDF, Ministério Público, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) precisam desenvolver ações para dar uma resposta positiva à Unesco. Caso contrário, Brasília estará novamente sob a ameaça de entrar na lista de risco.